



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE LICITAÇÃO

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO CONCORRÊNCIA Nº 1/2021

Trata-se de Recurso Administrativo interposto pela empresa **G.C.E. S.A.** (Peça 125.2), contra a decisão que a inabilitou na Concorrência nº 1/2021, que tem por objeto a contratação de empresa de engenharia para a execução do remanescente da obra de construção do edifício das Promotorias de Justiça de Brazlândia.

De forma sucinta, a Recorrente alega que comprovou as exigências previstas nos tópicos 6.10.2 e 6.10.3 do Edital por meio do Atestado de Capacidade Técnica emitido pela GBT S/A Concessionária de Infraestrutura Predial e Serviços de TI, razão pela qual pugna pela reforma da decisão que a inabilitou no certame.

Apesar de previsão em Edital, não foram apresentadas Contrarrazões.

I. RECURSO E MANIFESTAÇÃO DA ÁREA TÉCNICA

a) RECURSO

Inicialmente, vejamos as razões apresentadas na peça recursal, cujos principais trechos seguem transcritos abaixo:

“(…)



¹
Ministério Público
do Distrito Federal
e Territórios



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE LICITAÇÃO

Afinal, a exigência de atestados de capacidade técnica ao tempo de ser fundamental para averiguação da aptidão técnica do interessado, não pode ser conduzida pelo excesso a ponto de extrapolar o necessário para a execução do objeto.

Por esta razão, ao longo dos anos a Corte de Contas vem desenvolvendo o trabalho de aparar as inúmeras arestas da matéria, trazendo normatizações complementares “centralmente constitucionais” para possibilitar editais assertivos, convergindo para a segurança jurídica das relações e impedindo a formação de interpretações que dão margem a personalismos na condução dos certames.

Dentre suas determinações, encontra-se a cogente norma objeto da Súmula/TCU nº 263: “Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.” (grifo nosso)

Ainda o art. 30, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/93, estabelece que, no caso das licitações referentes a obras e serviços, a comprovação da capacitação técnico-profissional será feita por meio de atestados de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, fornecidos por pessoas jurídicas de





MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE LICITAÇÃO

direito público ou privado e devidamente registrados nas entidades profissionais competentes.

No caso em tela, a Administração olvidou-se de analisar o atestado de capacidade técnica emitido pela GBT S/A Concessionária de Infraestrutura Predial e Serviços de TI, registro no CREA-DF nº 0720140001314, em favor do Consórcio TG, formado pelas empresas Termoeste S/A Construções e Instalações e GCE S.A. e seus responsáveis técnicos (páginas 83 a 167 do volume 4 - documentação de habilitação) e a certidão de acervo técnico nº 0720140001314 emitida pelo CREA-DF do profissional Paulo Marques Junqueira Guimarães (páginas 83 a 98 do volume 4 - documentação de habilitação). (Grifo Nosso)

A propósito e como demonstrado a seguir a licitante tem plena capacidade para executar os serviços exigidos no item 6.10.2 e 6.10.3 do Edital de Licitação Concorrência nº 01/2021. Senão vejamos:

Atendimento item 6.10.2 alínea “c”: (página 92 da pasta)
Fornecimento e instalação de SUBESTAÇÃO com capacidade total de 22.150 KVA. Composta por 9 transformadores de 2.000 KVA (13,8KV- 480/277V) 4 transformadores de 1.000KVA (13,8KV- 380/220V) e 1 transformador de 150 KVA (13,8KV-380/220V).

Atendimento item 6.10.2 alínea “f”: (página 92 da pasta)
Fornecimento e instalações de 2 painel de CONTROLE E AUTOMAÇÃO da rede elétrica composto por controladoras





MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE LICITAÇÃO

padrão industrial que supervisionam e controlam todo sistema elétrico (EPMS).

Atendimento item 6.10.3 alínea “c”: (página 93 da pasta)

Fornecimento e instalações de sistema de supervisão predial (BMS/EPMS) que controlam / supervisionam 32.904 pontos. O sistema controla energia, desde a entrada em média tensão até toda a rede elétrica de baixa tensão, inclusive SUBESTAÇÃO, GERADORES, no-break, iluminação, quadros elétricos. A AUTOMAÇÃO controla os sistemas de elevadores, ar condicionado e ventilação, água, combate a incêndio, óleo diesel e tem interface com os sistemas de controle de acesso, CFTV e detecção e alarme de incêndio. A rede das controladoras utiliza o protocolo TCP/IP e também foram utilizados protocolos BacNet e ModBus. O sistema é composto por estações centra com banco de dados, servidor, estação de monitoramento, controladoras gerenciadoras de rede, controladoras digitais, painéis metálicos para controladores, fornecimento e instalação da infra-estrutura completa para o sistema de BMS/EPMS.

Atendimento item 6.10.3 alínea “e”: (página 93 da pasta)

Fornecimento e instalação de sistema de ÓLEO DIESEL para atendimento dos GRUPOS GERADORES composto por 2 tanques jaquetados de 60.000 litros cada, tubulações e conexões de PEAD, 8 tanques diários de 1.000 litros cada e 2 filtros prensa.

Além do que, no referido volume 4, consta acervo técnico e CAT com registro de atestado nº 0720170001354, (páginas 99 a 105 do



4

Ministério Público
do Distrito Federal
e Territórios



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE LICITAÇÃO

volume 4 – documentação de habilitação), em nome do Profissional Igor Borges Paco, pertencente ao quadro técnico desta. O qual trata-se de um Data Center com fornecimento e execução de infraestrutura elétrica, cabeamento estruturado, controle de acesso, entre outros pontos relevantes.

Sendo assim não se justifica inabilitar a Recorrente no presente certame haja vista que foram cumpridas todas as exigências editalícias.

Mister salientar, que a norma legal disciplinou para o critério de COMPATIBILIDADE em características, ou seja, não foi determinado pela legislação pátria que houvesse identidade total da demanda, nomenclaturas, mas sim, a compatibilidade com aquilo que se licita, o que, evidentemente, coaduna com o interesse público e com o bom senso e a razoabilidade que devem permear os julgamentos das licitações públicas.

Para encerrar qualquer questionamento, traz-se à baila a jurisprudência já sedimentada no TCU:

Acórdão 112/2011-Plenário

Relator AROLDO CEDRAZ

A exigência de comprovação de experiência anterior na prestação de serviços em volume igual ou superior ao licitado restringe o caráter competitivo do certame.

Acórdão 2914/2013-Plenário





MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE LICITAÇÃO

Relator RAIMUNDO CARREIRO

Nas contratações de obras e serviços, as exigências de qualificação técnica devem admitir a experiência anterior em obras ou serviços de características semelhantes, e não necessariamente idênticas, às do objeto pretendido.

De forma que o alegado desatendimento do item 6.10.2 e 6.10.3 com base em Interpretação Restritiva da Súmula 263 do TCU consubstancia verdadeira quebra da legalidade e imparcialidade.

CONCLUSÃO

*Dentro deste contexto, os atestados de capacidade técnica apresentados pela recorrente demonstram, inequivocamente, a capacidade da licitante em executar o serviço licitado, ao tempo que atesta a execução de serviço absolutamente compatível ao pretendido e em quantidade suficiente a comprovar a aptidão técnica da empresa GCE, nos termos da Súmula 263 do TCU.
(...)"*

b) MANIFESTAÇÃO DA ÁREA TÉCNICA

Instada a se manifestar, a Subsecretaria de Fiscalização de Obras e Reformas - SUFISC do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, área responsável pela análise documental relativa à qualificação-técnica, por meio dos membros da Comissão Especial de Licitação - CEL representantes da Secretaria de Projetos e Obras, assim pontuou, consoante trechos extraídos do Despacho SUFISC/SPO Nº 036/2021 (Peça 136):



6

Ministério Público
do Distrito Federal
e Territórios



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE LICITAÇÃO

“(…)

Pretendendo a reforma da decisão que a inabilitou, a empresa GCE S.A. invoca para si, a Súmula 263 do e. TCU a respeito da exigência de comprovação de capacidade técnico operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes.

1.1.2. Cabe destacar que todo o interregno temporal entre a data de lançamento do edital e a abertura do certame transcorreu in albis pela licitante, momento oportunizado a qualquer cidadão impugnar os termos do edital licitatório.

1.1.3. Vale dizer com isto, que não tendo havido qualquer objeção aos termos do edital, há clara conformidade às regras que se aplicam indistintamente e de forma isonômica a todos que se propuseram a participar do certame licitatório.

1.1.4. Quanto aos fatos elencados, merece destaque o excerto da peça recursal em que a empresa argumenta que:

...a Administração olvidou-se de analisar o atestado de capacidade técnica emitido pela GBT S/A Concessionária de Infraestrutura Predial e Serviços de TI, registro no CREA-DF nº 0720140001314, em favor do Consórcio TG, formado pelas empresas Termoeste S/A Construções e Instalações e GCE S.A. e seus responsáveis técnicos (páginas 83 a 167 do volume 4 - documentação de habilitação) e a certidão de acervo técnico nº 0720140001314 emitida pelo CREA-DF do





MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE LICITAÇÃO

profissional Paulo Marques Junqueira Guimarães (páginas 83 a 98 do volume 4 - documentação de habilitação). Grifos nossos

1.1.5. Em relação à matéria, o edital é bastante cristalino ao estabelecer em seu item 6.10.2.4 que:

6.10.2.4. Não serão aceitos Atestados de serviços ainda não concluídos, executados parcialmente ou em andamento, não serão aceitos Atestados de trabalhos executados em consórcio, bem como não serão aceitos Atestados de serviços de manutenção predial e manutenção em instalações em geral. Grifo nosso

*1.1.6. Conforme atestado pela própria licitante em seu recurso, a obra que deu origem ao referido atestado foi executado em regime de consórcio e, por esta razão, não foi considerado. Portanto, não restou comprovada as exigências dos itens 6.10.2 - (c) e (f) 6.10.3 (c) e (e) estabelecidas no edital.
(...)”*

II. CONSIDERAÇÕES

Como se pode notar, a centralidade das razões apresentadas pela Recorrente está na afirmação de que a Administração não se atentou ao Atestado apresentado emitido pela GBT S/A Concessionária de Infraestrutura Predial e Serviços de TI, registro no CREA-DF nº 0720140001314, em favor do Consórcio TG, formado pelas empresas Termoeste S/A Construções e Instalações e GCE S.A. e seus responsáveis técnicos.



8

Ministério Público
do Distrito Federal
e Territórios



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE LICITAÇÃO

Sabe-se que um dos princípios mais caros ao processo licitatório é o da Vinculação ao Instrumento Convocatório, o qual é corolário do princípio da legalidade e da objetividade das determinações habilitatórias. Esse princípio tem como norte a imposição da observância das normas estabelecidas no Edital de maneira objetiva tanto à Administração quanto ao licitante. Ou seja, as disposições constantes dos Editais devem pautar as ações de todos os agentes envolvidos no certame.

Da forma alegada, a Recorrente parece desconsiderar o tópico 6.10.2.4 do Instrumento Convocatório, o qual é lei entre as partes, que assim prevê: “*Não serão aceitos Atestados de serviços ainda não concluídos, executados parcialmente ou em andamento, **não serão aceitos Atestados de trabalhos executados em consórcio**, bem como não serão aceitos Atestados de serviços de manutenção predial e manutenção em instalações em geral.*” (grifo nosso)

Ora, o dispositivo acima não deixa dúvidas quanto à impossibilidade de aceitação de Atestados nos moldes como o que foi apresentado pela Recorrente. Se o Edital é lei entre as partes, nada mais probo e alinhado com o interesse público do que rejeitar documentação que não seja compatível com as suas exigências.

Cabe aqui uma observação: apesar de o Recurso apresentado não mencionar nenhuma insatisfação em relação aos termos do Edital, caso houvesse qualquer discordância quanto aos seus dispositivos, Impugnação deveria ter sido apresentada em momento oportuno, conforme tópico 20 do Instrumento Convocatório, o que não ocorreu. Como o texto publicado foi tacitamente “aprovado” pelas licitantes, todos os seus pontos devem ser devidamente observados e defendidos por todos envolvidos.





MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE LICITAÇÃO

Sendo assim, ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, portanto, não resta outro caminho em relação à Recorrente: a não aceitação das razões recursais, diante da não comprovação das exigências previstas nos tópicos 6.10.2 “c” e “f” e 6.10.3 “c” e “e” do Edital.

III. DECISÃO

Por todo o acima exposto, considerando que os argumentos apresentados nas razões recursais não ensejaram reforma na decisão de inabilitação da Recorrente, embasada na manifestação da Subsecretaria de Fiscalização de Obras e Reformas do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, emitida pelos membros da CEL representantes da Secretaria de Projetos e Obras, a Comissão Especial de Licitação conhece do Recurso Administrativo interposto pela empresa **G.C.E. S.A.** para, no mérito, julgá-lo improcedente, mantendo-a inabilitada na Concorrência nº 1/2021.

Brasília, 19 de agosto de 2021

(Assinado Eletronicamente)
Ana Luisa Cardoso Zardim
Presidente

(Assinado Eletronicamente)
Cristiano Costa Magalhães
Membro

(Assinado Eletronicamente)
Andrea Moraes de Oliveira Melo
Membro



10

Ministério Público
do Distrito Federal
e Territórios

Assinado por:

ANA LUISA CARDOSO ZARDIM - SLIC/SG em 19/08/2021.

ANDREA MORAES DE OLIVEIRA MELO - SELIC/SG em 19/08/2021.

CRISTIANO COSTA MAGALHAES - SEINP/SG em 19/08/2021.

.